



CÂMARA MUNICIPAL  
**DIVINÓPOLIS**

**CÓDIGO DE ÉTICA  
E DECORO  
PARLAMENTAR**

**2024**



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

**MESA DIRETORA CÂMARA MUNICIPAL**

**OZIAS TELES DOS SANTOS**  
VEREADOR PRESIDENTE

**IGOR CARVALHO DOS SANTOS**  
VEREADOR VICE-PRESIDENTE

**DOMINGAS PARENTE GIL DE SOUSA**  
VEREADORA 1º SECRETÁRIA

**LUIZ AIRES MARINHO**  
VEREADOR 2º SECRETÁRIO

**VEREADORES**

CARLOS ANDRÉ MARINHO OLIVEIRA  
LAURA DINALMY VIEIRA DE ABREU  
RIVALDO BARBOSA DE SOUZA  
VALDIVAN ALVES DA SILVA  
VIVIANE MARTINS DE ABREU CUSTÓDIO



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

## SUMÁRIO

CAPÍTULO I - Dos Deveres e Prerrogativas Fundamentais.....	04
CAPÍTULO II - Das Vedações.....	05
CAPÍTULO III - Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar.....	05
CAPÍTULO IV - Das Penalidades .....	06
CAPÍTULO V - Do Conselho de Ética .....	08
CAPÍTULO VI - Proteção à Liberdade de Imprensa .....	09
CAPÍTULO VII - Do Processo Disciplinar .....	10
CAPÍTULO VIII - Das Disposições Finais e Transitórias .....	11



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

**RESOLUÇÃO N° 05, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024**

**Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins e dá outras providências.**

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber, que o PLENÁRIO da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins, Estado do Tocantins, APROVA, e eu, Presidente, PROMULGO a seguinte Resolução:

**CAPÍTULO I**  
**Dos Deveres e Prerrogativas Fundamentais**

**Art. 1º** No exercício do seu mandato, o Vereador atenderá às prescrições das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica de Divinópolis do Tocantins, do Regimento Interno da Câmara e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos e penalidades aqui estabelecidos.

**Art. 2º** São deveres fundamentais do Vereador:

I - traduzir, em cada ato, a afirmação e a ampliação da liberdade entre os cidadãos, a defesa da República e do Estado Democrático de Direito, das garantias individuais e dos Direitos Humanos, bem como lutar pela promoção do bem-estar e pela eliminação das desigualdades sociais;

II - pautar-se pela observância dos procedimentos fixados neste Código, como forma de valorização de uma atividade pública capaz de submeter os interesses às opiniões e os diferentes particularismos às ideias reguladoras do bem comum;

III - cumprir e fazer cumprir as Leis, a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado do Tocantins, a Lei Orgânica do Município de Divinópolis do Tocantins e o Regimento Interno da Câmara;

IV - prestar solidariedade política a todos os cidadãos, em especial aos perseguidos, injustiçados, excluídos e aos discriminados, onde quer que se encontrem;

V - contribuir para a afirmação de uma cultura cujos valores não reproduzam, a qualquer título, quaisquer preconceitos entre os gêneros, especialmente com relação à raça, credo, orientação sexual, convicção filosófica, ideológica ou política;

VI - denunciar, publicamente, as atitudes nocivas à afirmação da cidadania, o desperdício do dinheiro público e os privilégios injustificáveis;

VII - promover a absoluta transparência dos atos e decisões da Mesa Diretora e das Comissões desta Casa.

Parágrafo único. Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município de Divinópolis do Tocantins, sendo incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas ou a percepção de vantagens indevidas.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

## CAPÍTULO II Das Vedações

**Art. 3º** É, expressamente, vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar cargo ou exercer função ou emprego remunerado de que seja demissível *ad nutum*, nas instituições constantes da alínea anterior.

II - desde a posse:

- a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, ou nela exercer função remunerada;
- b) exercer o mandato de Vereador, simultaneamente, com cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas instituições referidas no inciso I, alínea a;
- c) patrocinar causa, como advogado, em que seja interessada qualquer das instituições a que se refere o inciso I, alínea a;
- d) exercer outro mandato público eletivo.

§ 1º Consideram-se incluídas nas proibições previstas nas alíneas a e b, do inciso I, e alíneas a e c, do inciso II, para fins deste Código de Ética, pessoas jurídicas de direito privado controladas pelo poder público.

§ 2º A proibição constante da alínea a, do inciso I, deste artigo, comprehende o Vereador, seu cônjuge, companheira ou companheiro e pessoa jurídica controlada por eles, diretamente ou por substituto.

**Art. 4º** É, também, vedado ao Vereador:

I - atribuir dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições que apliquem os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

II - o abuso do poder econômico no processo eleitoral;

III - dar causa a abertura de procedimento, pelo Conselho de Ética, sem fundamento ou por fato inverídico ou contra quem sabe ser inocente.

## CAPÍTULO III Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

**Art. 5º** Constituem faltas do Vereador contra a ética e o decoro parlamentar, no exercício de seu mandato:

I - quanto às normas de conduta nas sessões de trabalho da Câmara:

a) utilizar-se, em seus pronunciamentos, de palavras ou expressões incompatíveis com a dignidade do cargo;

b) desacatar ou praticar ofensas físicas ou morais, bem como dirigir palavras contra a honra de seus Pares, perante a Mesa Diretora, o Plenário ou as Comissões, ou a qualquer cidadão ou grupos de pessoas que assistam a sessões de trabalho da Câmara;



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

- c) prejudicar ou dificultar o acesso dos cidadãos a informações ou documentos de interesse público ou sobre os trabalhos da Câmara, salvos os casos protegidos por lei;
- d) desrespeitar a propriedade intelectual das proposições;
- e) atuar de forma negligente ou deixar de agir com diligência e probidade no desempenho de funções administrativas para as quais for designado, durante o mandato e em decorrência do mesmo.

II - quanto ao respeito à verdade:

- a) fraudar votações;
- b) deixar de zelar pela total transparência das decisões e atividades da Câmara ou dos Vereadores no exercício dos seus mandatos;
- c) deixar de comunicar e denunciar, da Tribuna da Câmara ou por outras formas condizentes com a lei, todo e qualquer ato ilícito civil, penal ou administrativo ocorrido no âmbito da Administração Pública, bem como casos de inobservância deste Código, de que vier a tomar conhecimento;
- d) utilizar-se de subterfúgios para reter ou dissimular informações a que estiver legalmente obrigado, particularmente, na declaração de bens ou rendas;
- e) utilizar-se de meios de comunicação, para atingir, ilicitamente, a imagem e a honra de qualquer pessoa.

III - quanto ao respeito aos recursos públicos:

- a) deixar de zelar, com responsabilidade, pela proteção e defesa do patrimônio e dos recursos públicos;
- b) pleitear ou usufruir favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais ilícitas, com recursos públicos, na forma orçamentária ou financeira;
- c) contribuir para criar ou ordenar aplicação indevida de recursos públicos;
- d) deixar de apresentar relatório de viagem que empreender a serviço da Câmara e às expensas da mesma.

IV - quanto ao uso do poder inherente ao mandato:

- a) obter favorecimento ou protecionismo na contratação de quaisquer serviços e obras com a Administração Pública por pessoas, empresas ou grupos econômicos;
- b) influenciar decisões do Executivo, da Administração da Câmara ou de outros setores da Administração Pública, para obter vantagens ilícitas ou imorais para si mesmo ou para pessoas de seu relacionamento pessoal ou político;
- c) condicionar sua tomada de posição ou seu voto, nas decisões da Câmara, a contrapartidas pecuniárias ou de quaisquer espécies, concedidas pelos interessados direta ou indiretamente na decisão;
- d) indicar e solicitar à Administração da Câmara a contratação, para cargo em comissão ou função de confiança, de quem não cumpra as atribuições de seu cargo ou função.

## CAPÍTULO IV Das Penalidades

**Art. 6º** As penalidades aplicáveis às infrações a este Código de Ética serão as seguintes, em ordem crescente de gravidade:

I - medidas disciplinares:



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

- a) censura pública verbal ou escrita, neste caso, com notificação ao partido político a que pertencer o Vereador advertido;
- b) suspensão de prerrogativas regimentais, por prazo de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias;
- c) suspensão temporária do mandato, por prazo de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias, sem direito ao subsídio.

II - sanções:

- a) destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e em Comissões;
- b) perda do mandato.

**Art. 7º** As penalidades serão aplicadas segundo a gravidade da infração cometida, observado o que determina a Lei Orgânica do Município e os dispositivos deste Código de Ética.

**Art. 8º** A censura pública verbal será aplicada ao Vereador que deixar de observar dever contido no art. 2º desta Resolução, quando não for o caso de aplicação de medida ou sanção mais grave.

**Art. 9º** A censura pública escrita, com notificação ao partido político a que pertencer o Vereador advertido, bem como a suspensão de prerrogativas regimentais será aplicada, quando não couber penalidade mais grave, ao Vereador que:

- I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;
- II - praticar ato que infrinja dever contido no inciso I, do art. 5º, desta Resolução.

**Art. 10.** A suspensão temporária do mandato por prazo de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias será aplicada, quando não couber penalidade mais grave, ao Vereador que:

- I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;
- II - praticar ato que infrinja dever contido nos incisos II ao IV do art. 5º desta Resolução.

**Art. 11.** A destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e em Comissões será aplicada ao Vereador que reincidir nas hipóteses do artigo antecedente ou que infringir disposição contida no art. 4º, deste Código, desde que não caiba penalidade mais grave.

**Art. 12.** A perda do mandato será aplicada ao Vereador:

- I - que infringir quaisquer das proibições estabelecidas no art. 3º, deste Código;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III - que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada, ou a cinco sessões extraordinárias regularmente convocadas e assinadas pelo Vereador;
- IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.
- VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
- VII - que deixar de residir no Município;



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

VIII - que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

§ 1º Nos casos dos incisos I, II, VI e VII, deste artigo, a perda do mandato será decidida por voto de dois terços dos membros da Câmara.

§ 2º Nos casos dos incisos III, IV, V e VIII, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador.

**CAPÍTULO V**  
**Do Conselho de Ética**

**Art. 13.** A Câmara elegerá seu Conselho de Ética, composto por 3 (três) Vereadores como membros titulares e 2 (dois) suplentes, observada a ordem da votação, com mandato de dois anos, permitida uma reeleição consecutiva, que terá as mesmas prerrogativas da Comissão Processante, nos termos previstos para esse tipo de Comissão na legislação federal pertinente.

§ 1º A eleição acontecerá na primeira semana de sessões ordinárias da sessão legislativa que iniciar o mandato dos novos membros da Mesa Diretora.

§ 2º Cada Vereador poderá votar em até 3 (três) nomes, sagrando-se eleitos os mais votados.

§ 3º Em caso de empate, será considerado eleito o de maior idade, prevalecendo o empate, o mais antigo na Casa.

§ 4º Não poderá ser membro do Conselho de Ética o Vereador:

I - submetido a processo disciplinar em curso, por ato atentatório ou incompatível com o decoro parlamentar;

II - que tenha recebido, na legislatura, penalidade disciplinar de suspensão de prerrogativas regimentais, de suspensão temporária do exercício do mandato ou de destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e em Comissões, e da qual se tenha o competente registro nos anais ou arquivos da Casa.

§ 5º O recebimento de representação contra membro do Conselho de Ética, por infringência a preceitos estabelecidos neste Código, com prova inequívoca da verossimilhança do fato atribuído ao Vereador, constitui causa para seu imediato afastamento da função, por decisão do Conselho de Ética, devendo a medida perdurar até decisão final sobre o caso.

§ 6º Perderá o mandato, o membro do Conselho que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três alternadas, sem justificativa admitida pelo Presidente do Conselho ou seu substituto.

§ 7º Caberá ao Presidente do Conselho ou ao seu substituto convocar o Suplente, na ordem da eleição, para assumir a função, no caso de falta ou impedimento do Titular.

§ 8º As reuniões do Conselho serão convocadas pelo seu Presidente ou seu substituto, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, salvo a ocorrência de autoconvocação pela totalidade de seus membros.

**Art. 14.** Ao Conselho de Ética compete:

I - eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário, dentre seus membros, para mandatos de um ano, podendo ser reconduzidos por igual período;



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

II - zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal de Vereadores;

III - processar os representados nos casos e termos previstos neste Código, instaurando o processo disciplinar e procedendo a todos os atos necessários à sua instrução;

IV - responder às consultas da Mesa, de comissões e de Vereadores sobre matérias de sua competência;

Parágrafo único. O Conselho de Ética só deliberará com a presença da maioria dos seus membros, somente sendo aprovada a matéria que obtiver a maioria dos votos dos presentes.

**Art. 15.** O Conselho de Ética aprovará regulamento específico para disciplinar o funcionamento e a organização de seus trabalhos.

§ 1º Enquanto não aprovar o regulamento de que trata este artigo, o Conselho de Ética observará as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões da Casa.

§ 2º Aprovado o regulamento previsto neste dispositivo, observar-se-ão, subsidiariamente, no que couber, as disposições regimentais aplicáveis às comissões.

## **CAPÍTULO VI** **Proteção à Liberdade de Imprensa**

**Art. 16.** A liberdade de imprensa é um direito fundamental assegurado pela Câmara de Vereadores de Divinópolis do Tocantins, conforme disposto no artigo 251 da Lei Orgânica e no artigo 220 da Constituição Federal.

**Art. 17.** O exercício do jornalismo profissional deve ser garantido, respeitando-se a independência e a autonomia dos meios de comunicação.

**Art. 18.** O Conselho de Ética é responsável por apurar denúncias e regulamentar os excessos cometidos por parlamentares que afetam à liberdade de expressão dos meios de comunicação.

**Art. 19.** O Conselho de Ética poderá receber e investigar denúncias de interferência, ameaça ou manipulação por parte dos parlamentares contra jornalistas e meios de comunicação, realizar audiências e sessões de mediação, promovendo a resolução de conflitos entre parlamentares e profissionais da imprensa e aplicar sanções apropriadas aos parlamentares que violarem a liberdade de imprensa.

**Art. 20.** Durante a apuração, o Conselho de Ética deverá assegurar o direito ao contraditório e à ampla defesa aos parlamentares envolvidos, bem como o direito de petição à comunicação denunciante.

**Art. 21.** Concluída a investigação, o Conselho de Ética emitirá um relatório final, indicando as medidas cabíveis e, se for o caso, as sanções a serem aplicadas nos termos deste Código de Ética.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

## CAPÍTULO VII Do Processo Disciplinar

**Art. 22.** Qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código de Ética.

Parágrafo único. O Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento de fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.

**Art. 23.** Antes de receber a representação, o Presidente do Conselho de Ética, no prazo de 15 (quinze) dias, ouvirá o representado, por escrito ou verbalmente, sendo reduzido a termo.

**Art. 24.** O representado poderá acompanhar todo o processo em seus termos, sendo-lhe facultado constituir advogado para os atos de sua defesa.

**Art. 25.** O Conselho de Ética escolherá, dentre seus membros, um Relator, que promoverá a apuração preliminar e sumária dos fatos, providenciando as diligências que entender necessárias e, em até 15 (quinze) dias, elaborará relatório prévio.

§ 1º Não caracterizado o fato como infração ética ou ao decoro parlamentar ou não se apurando a autoria, caberá ao Conselho de Ética arquivar a representação.

§ 2º Em caso de ofensa entre Parlamentares, será adotado procedimento especial, cabendo ao Conselho de Ética, ouvindo os envolvidos, homologar composição.

**Art. 26.** O Conselho de Ética, analisando o relatório preliminar e considerando procedente a representação, notificará o representado para que, com a garantia dos princípios do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente sua defesa prévia, arrole testemunhas e requeira diligências.

Parágrafo único. A defesa prévia é uma faculdade do representado e sua ausência será registrada no parecer final do Conselho de Ética.

**Art. 27.** Esgotado o prazo da defesa prévia, o Conselho conduzirá a instrução probatória, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhando o parecer final à Mesa para ser votado em 10 (dez) dias.

Parágrafo único. O prazo para a instrução probatória só poderá ser prorrogado, por até 15 (quinze) dias, justificadamente.

**Art. 28.** O parecer final deverá conter o nome do representado, a disposição sucinta da representação e da defesa e a indicação dos motivos de fato e de direito, concluindo-o:

I - com proposta de medida disciplinar ou sanção, indicando os artigos aplicados;

II - pela inocência do Parlamentar, caso em que a Mesa, no prazo de 5 (cinco) dias, publicará o ato em sessão, cabendo recurso de qualquer Vereador, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ser apreciado pelo Plenário, que deliberará, mantendo ou reformando o parecer final do Conselho de Ética, observado o disposto neste Código.

**Parágrafo único.** O recurso de que trata o inciso II, deste artigo, adotará a forma de Resolução neste presente Código.

**Art. 29.** A Mesa, ao receber o parecer final do Conselho de Ética, nos termos do inciso I, do artigo anterior, conclusivo pela sua procedência e passível de imputação de uma das penas do inciso I, do art. 6º deste Código, encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias, Projeto de Resolução, a ser submetido à votação do Plenário, na primeira Sessão Ordinária seguinte ao término do prazo da Mesa, como primeiro item da Ordem do Dia.

**Parágrafo único.** Fica vedado o adiamento da discussão e votação da matéria, exigido o voto da maioria.

**Art. 30.** A Mesa, ao receber o parecer final do Conselho de Ética conclusivo pela sua procedência e passível de imputação de uma das penas previstas no inciso II, do art. 6º deste Código, encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias, Projeto de Resolução, a ser apreciado pelo Plenário, na primeira Sessão Ordinária seguinte ao término do prazo da Mesa, como primeiro item da Ordem do Dia, após o prazo aqui fixado.

**Parágrafo único.** Fica vedado o adiamento da discussão e votação da matéria, exigido, para sua aprovação, o voto:

I - da maioria absoluta dos Vereadores, para a destituição de cargos parlamentares e administrativos que o Parlamentar ocupe na Mesa e em Comissões;

II - de dois terços dos Vereadores, para o caso de perda do mandato.

## **CAPÍTULO VIII** **Das Disposições Finais e Transitórias**

**Art. 31.** Excepcionalmente, o primeiro Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara de Divinópolis do Tocantins será eleito, na segunda sessão ordinária, após a publicação deste Código, e seu mandato ficará estendido até o final da sessão legislativa.

**Art. 32.** A Mesa da Câmara providenciará a publicação impressa deste Código de Ética, para ampla distribuição aos Vereadores, a entidades da sociedade civil e a interessados, bem como disponibilizará acesso permanente ao mesmo, mediante publicação virtual.

**Art. 33.** Para se promover alteração no presente Código, os projetos de resolução seguirão as formalidades regimentais.

**Art. 34.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Divinópolis do Tocantins — TO, 29 de outubro de 2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

---

**Ver. OZIAS TELES DOS SANTOS (PRESIDENTE)**

---

**Ver. IGOR CARVALHO DOS SANTOS  
(VICE-PRESIDENTE)**

---

**Ver<sup>a</sup>. DOMINGAS PARENTE GIL DE SOUSA (1<sup>a</sup> SECRETÁRIA)**

---

**Ver. LUIZ AIRES MARINHO (2º SECRETÁRIO)**

---

**Ver. CARLOS ANDRÉ MARINHO OLIVEIRA**

---

**Ver<sup>a</sup>. LAURA DINALMY VIEIRA DE ABREU**

---

**Ver. RIVALDO BARBOSA DE SOUSA**

---

**Ver. VALDIVAN ALVES DA SILVA**

---

**Ver<sup>a</sup>. VIVIANE MARTINS DE ABREU CUSTÓDIO**



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

**LUIS FERNANDO MILHOMEM MARTINS**  
OAB/TO 7.788  
ASSESSORIA JURIDICA- REVISÃO DA LEI ORGÂNICA

**REVISORES**

PROFESSORA RAIMUNDA DIAS LEITE ABREU  
(LICENCIATURA EM LETRAS)

GABRIEL CAVALCANTE CARVALHO

MARCELO DE ARAUJO CUSTÓDIO

**VEREADORES CONSTITUINTES DE 31 DE MARÇO DE 1990**

Leany Vanderley Adorno – Presidente

Israel dos Santos – Vice-Presidente

José Aires Luz – 1º Secretário

Hélio Silvestre Teixeira – 2º Secretário

Naildo Alves – Relator

Elvino Martins Borges

Francisco José B. de Oliveira

José de Ribamar Dias Camarço

Manoel Ribeiro de Souza



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

**9º LEGISLATURA**  
**(LEGISLATURA CONSTITUINTE 2021 - 2024)**



**PRESIDENTE**



**VICE - PRESIDENTE**



**1º SECRETÁRIA**



**2º SECRETÁRIO**



**VEREADOR**



**VEREADORA**



**VEREADOR**

**VEREADOR**

**VEREADORA**



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

**1º LEGISLATURA**



**2º LEGISLATURA**



**3º LEGISLATURA**



**4º LEGISLATURA**



**5º LEGISLATURA**



**6º LEGISLATURA**





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

**7º LEGISLATURA**



**8º LEGISLATURA**



**10º LEGISLATURA**





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

**COLABORADORES CÂMARA MUNICIPAL DIVINÓPOLIS-TO**

AURICELIA DIAS CARVALHO

FABÍOLA LIMA SILVA

GILBERTO FERREIRA DO NASCIMENTO

JOSÉ BETH FERREIRA DO NASCIMENTO

JOSIVAL MASCARENHA DA CRUZ

MARNEIDE FERREIRA DE BRITO

MARCELO DE ARAUJO CUSTÓDIO

RAILZA VIRGÍNIO DIAS COSTA

RITA FERREIRA GOMES

WERICA FERNANDES DE SOUZA

**PRESTADORES DE SERVIÇOS**

AILTON MARTINS BRITO (CONTADOR)

DILCIANE ALVES ABREU DIAS (ASSESSORIA JURIDICA OAB/TO 6365)

EDSON GILMAR CARVALHO BITENCORTH (IMPRENSA)

MARCOS IURE GONÇALVES SANTANA (TRANSMIÇÃO)

MARCELO SANTANA DE SOUSA (PORTAL TRANSPARENCIA)

SARA DE ALMEIDA FEITOSA (JOVEM APRENDIZ)



# PODER LEGISLATIVO

## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS